

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.235 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 8 DE FEVEREIRO DE 2001



Na reunião dos líderes, foram selecionadas as MPs que poderiam ser aprovadas por consenso



Cabrá ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, promulgar as medidas

## Congresso Nacional aprova 24 medidas provisórias

Votação de MPs foi possível graças a entendimento entre as lideranças dos partidos e do governo. Desindexação de salários, crédito para assentados e incentivos à exportação são algumas das medidas acatadas por deputados e senadores

### CCJ vota regra sobre infração à Previdência

Recebeu apoio unânime da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal o projeto, de autoria do Executivo, que responsabiliza diretamente o servidor público que infringir a legislação previdenciária. Hoje, a responsabilidade por tais irregularidades recai sobre o dirigente do órgão ao qual o funcionário está subordinado.

PÁGINA 3



Já examinado pela Câmara, o projeto votado pela CCJ vai agora à análise do Plenário do Senado

A medida provisória que regulamentou o Plano Real e outras 23 MPs foram aprovadas ontem pelos deputados federais e senadores, em mais uma sessão realizada durante o período de convocação extraordinária do Congresso. O que tornou a aprovação possível foi um acordo firmado entre os líderes partidários e do governo na Câmara e no Senado.

PÁGINAS 4 A 7

### ***Acordos com o Canadá têm exame suspenso***

Inconformados com o boicote canadense à carne brasileira, os parlamentares decidiram sustar a tramitação no Congresso de acordos com aquele país.

PÁGINA 8

### ***Parlamentares fazem elogios à atuação de ACM***

Parlamentares de vários partidos destacaram ontem o desempenho do senador Antonio Carlos Magalhães como presidente do Senado e do Congresso.

PÁGINA 2

### **SENADO APRECIA ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO PENAL**

O Plenário do Senado vota hoje, em regime de urgência, o projeto que modifica o Código Penal e o Código de Processo Penal para tipificar os crimes contra a administração pública. A matéria tem parecer favorável da CCJ.

PÁGINA 7

# Congressistas prestam homenagem a ACM

Senadores e deputados de diferentes partidos aplaudem a independência, a coragem e a dedicação à causa pública demonstradas por Antonio Carlos Magalhães na Presidência do Senado e do Congresso Nacional

Ao final da sessão do Congresso Nacional em que foram aprovadas 24 medidas provisórias, uma homenagem de deputados e senadores ao presidente Antonio Carlos Magalhães, que está se despedindo do cargo, trouxe muita emoção ao Plenário e levou o presidente às lágrimas.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) ressaltou as posições corajosas de Antonio Carlos na defesa do Senado e do Congresso e a seriedade com que sempre conduziu os trabalhos legislativos. "Em que pesem nossas divergências, quero externar minha admiração e ressaltar o exemplo magnífico que V. Ex.<sup>a</sup> deu a todos nós em tantas oportunidades. Muitas vezes tive orgulho de pertencer ao Congresso, diante da maneira altiva com que soube defender o nome e as causas do Legislativo", afirmou.

Para o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), a figura pública de Antonio Carlos, embora completa e corajosa, perde para a estatura de sua figura humana. "Ao lado do vigor na luta pelas idéias nas quais acredita, tem a coragem de se emocio-

nar, sem esconder seus sentimentos", disse.

O líder do PFL na Câmara, Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), afirmou que a gestão de Antonio Carlos como presidente do Senado e do Congresso foi a melhor que a instituição já teve. "Todo o Brasil deve muito a Antonio Carlos, por suas iniciativas em defesa dos mais carentes, como o aumento do salário mínimo e a criação do Fundo de Combate à Pobreza. Por uma feliz coincidência, ele se despede do cargo sentado na mesma cadeira que consagrou seu filho, Luís Eduardo, como o melhor presidente da Câmara que o país já teve", ressaltou.

Falando em nome da bancada do PFL no Senado, Hugo Napoleão (PI) afirmou que Antonio Carlos é um homem de luta, desde os tempos de deputado federal pela UDN, quando era um interlocutor privilegiado do presidente Juscelino Kubitschek, apesar de não pertencer ao seu partido, o PSD. Como exemplos de embates recentes, Napoleão



Antonio Carlos recebeu homenagens de opositores e governistas

citou a proposta de emenda à Constituição que limita a edição de medidas provisórias pelo governo e a reformulação do Código Civil.

O líder do PDT na Câmara, deputado Miro Teixeira (RJ), enfatizou a transparência com que Antonio Carlos sempre conduziu suas atividades legislativas. "Como é bom ter adversários leais, que dizem o que pensam e sustentam os acordos firmados", disse.

Para o líder do PT na Câmara, deputado Aloizio Mercadante (SP), a relação com Antonio Carlos sempre foi o fio da navalha: perigosa, mas aberta. Ele louvou sua luta em defesa da independência do Congresso, dizendo que o Legislativo não pode curvar-se diante do Executivo, se quiser defender a verdadeira democracia.

O senador Paulo Souto (PFL-BA) disse que as homenagens dos congressistas fazem justiça à trajetória pública de Antonio Carlos, "sempre em defesa do país e da Bahia".

vência e coragem" que aprendeu de Luís Eduardo.

O senador manifestou apreço pelo deputado Haroldo Lima (PCdoB-BA), que, apesar de ter sido preso quando Antonio Carlos governava a Bahia, durante o regime militar, afirmou não ter ressentimentos contra o presidente do Senado. "Já naquela época, Haroldo era competente, lutador e idealista", lembrou. Antonio Carlos agradeceu ainda ao senador Hugo Napoleão (PFL-PI), que falou em nome de seus correligionários, e a todos os líderes partidários. "Em vez de um anoitecer, para mim esta sessão do Congresso está sendo uma alvorada", concluiu.

## Parlamentares de oposição elogiam postura independente

Antigo opositor de Antonio Carlos Magalhães na política baiana, o deputado Haroldo Lima (PCdoB-BA) fez elogios à gestão do senador na Presidência do Congresso. A principal realização, na avaliação do deputado, foi o fato de Antonio Carlos ter trazido à pauta política o tema da luta contra a pobreza.

Haroldo Lima também elogiou a postura do senador de valorização do Legislativo. "Muitas vezes o presidente do Congresso teve que fustigar os chefes do Executivo e do Judiciário para garantir a autonomia do Parlamento", afirmou. O deputado disse que os posicionamentos ideológicos dis-

tintos não impedem que acordos sejam firmados entre os partidos opositores e os partidários do governo em benefício do país.

A defesa da autonomia do Congresso também foi ressaltada por outro parlamentar opositor, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE). Ele citou como exemplo o episódio da votação da medida provisória que permitia a cobrança previdenciária dos aposentados. A condução de Antonio Carlos impediu uma manobra governista para recolocar a matéria em votação. "A posição do presidente impediu que a vontade da maioria do Congresso fosse desrespeitada", lembrou Dutra.



Os senadores Roberto Requião e Antonio Carlos ouvem apelo dos sindicalistas da CGTB

## "O maior momento" em 50 anos de vida pública

Em resposta aos inúmeros pronunciamentos de deputados e senadores que o saudaram pelo trabalho realizado na última legislatura, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou, emocionado, que viveu, na sessão de ontem, talvez o maior momento em seus quase 50 anos de vida pública. Ele salientou, ao fim da votação — a última sob sua presidência —, em que recebeu diversas manifestações de apreço e admiração de parlamentares de todos os partidos políticos, que tamanho reconhecimento foi uma experiência inesquecível. "Eu sempre me lembrarei disto", disse.

Antonio Carlos revelou que a memória de seu filho, Luís Eduardo Ma-

galhães, ex-presidente da Câmara dos Deputados, tem sido sua inspiração na luta pela independência do Congresso e em defesa dos interesses da Bahia e do Brasil. "Tenho honrado a memória do meu filho, para que seu nome fique cada vez mais forte", afirmou o senador.

O senador desculpou-se pelos eventuais "agravos desnecessários" que tenha cometido contra alguns parlamentares, mas afirmou que, apesar de reconhecer seus próprios defeitos, considera positivo o período em que presidiu o Congresso. "Procurei servir, sem me servir do cargo, e convivi igualmente com o governo e a oposição", afirmou, lembrando o exemplo de "convi-

## Senadores recebem sindicalistas

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem comissão de representantes da Central Geral dos Trabalhadores-Brasil (CGTB). Acompanhado pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), os sindicalistas pediram apoio para gestões políticas que vêm sendo realizadas junto ao governo federal a fim de rever o que o presidente da entidade, Antonio Neto, classifica de "política discriminatória contra a CGTB".

Documento elaborado pelo Conselho Nacional da entidade, que vem sendo distribuído a senadores e deputados, diz que o presidente Fernando Henrique revogou a partici-

pação da CGTB em todos os conselhos federais e a excluiu da delegação de trabalhadores brasileiros que participaram das reuniões da Organização Internacional do Trabalho.

## AGENDA

QUINTA-FEIRA, 8 DE FEVEREIRO DE 2001

### PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: PLC nº 45/98, altera o Título XI do Código Penal, que trata dos crimes contra a administração pública; e Mensagem nº 87/2001, do presidente da República, solicitando a retirada do PLC nº 10/96, que define os crimes de especial gravidade e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal).  
Sexta-feira  
9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# CCJ aprova mudança na responsabilização de servidor

Projeto do Executivo prevê punição diretamente ao funcionário público autor de infrações à legislação previdenciária. Pela lei atual, a culpa por esse tipo de falta é atribuída ao dirigente do órgão a que o funcionário é subordinado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou por unanimidade, ontem, parecer favorável a projeto de lei que responsabiliza diretamente o servidor público autor de infrações à legislação previdenciária. A lei em vigor atribui a culpa dessas faltas ao dirigente do órgão a que o funcionário é subordinado. A matéria, de autoria do Poder Executivo e já aprovada na Câmara dos Deputados, segue para apreciação do Plenário.

O relator do projeto, senador José Fogaça (PMDB-RS), acatou o argumento apresentado pelo ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornelas, se-

gundo o qual o texto atualmente em vigor incorre em dupla inconstitucionalidade. A primeira porque estabelece a responsabilidade objetiva do dirigente do órgão pelas faltas do servidor. A segunda porque ignora o direito de defesa do acusado, ao determinar o pagamento de multa a partir do primeiro vencimento que se seguir à acusação, sem a observação do contraditório.

Fogaça argumentou que tal situação dá, muitas vezes, margem a injustiça, já que o dirigente do órgão, mesmo sem intenção de cometer qualquer infração, responde pelo erro ou negligência do funcionário.



CCJ aprovou por unanimidade a mudança na legislação defendida pelo Ministério da Previdência

Na mesma reunião, devido à apresentação de emenda do senador Ramez Tebet (PMDB-

MS), o senador Iris Rezende (PMDB-GO) retirou de pauta projeto de lei do governo que

facilita a inserção de pessoas portadoras de deficiências no mercado de trabalho.

## Freire quer instalar comissão sobre litígio com o Canadá

O senador Roberto Freire (PPS-PE) pediu à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que interceda junto ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para que seja instalada uma comissão temporária destinada a acompanhar as negociações bilaterais entre Brasil e Canadá. De acordo com Roberto Freire, a criação da comissão foi aprovada em plenário em dezembro do ano passado, quando os dois países litigavam no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) com relação aos subsídios concedidos para exportação de aviões a jato de médio porte.

Para Freire, é preciso deixar a retórica e passar a realizar ações concretas. Segundo ele, o Brasil passará a ser freqüentemente incomodado com questões que envolvem interesses comerciais, como o boicote à importação de carne bovina brasileira empreendido pelos países da América do Norte, liderados pelo Canadá.

O pano de fundo dessa questão, conforme o senador, é a biotecnologia, área em que o Brasil tem grande vantagem e pode se tornar protagonista no futuro. Ele lembrou a importante participação de cientistas brasileiros no projeto Genoma.

O presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), prontificou-se a solicitar ao presidente do Senado a instalação da comissão. O vice-presidente da CCJ, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), lembrou que o assunto é importante, devendo o Senado acompanhá-lo de perto.



Freire lembra que criação da comissão foi aprovada em plenário em dezembro do ano passado

### PROCURADORIA

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou que apresentará requerimento solicitando a presença no Senado do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, para prestar esclarecimentos sobre problemas que envolvem o Ministério Público Federal. Suplicy citou entrevista do ex-procurador-geral da República, Aristides Junqueira, criticando a construção da nova sede da Procuradoria, obra que já consumiu R\$ 59 milhões do Tesouro Nacional.

O senador quer que Brindeiro também fale sobre o envolvimento do subprocurador Miguel Guskow em operações financeiras ilícitas, a adoção das medidas sugeridas pela CPI do Sistema Financeiro e sobre os procedimentos já adotados com base nos dossiês apresentados pela Comissão de Ética do Senado a respeito das acusações trocadas entre os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Jader Barbalho (PMDB-PA).

## Lúcio Alcântara repele acusações de manobra em projeto sobre o Judiciário

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) repeliu ontem, durante reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), as acusações publicadas na imprensa referentes a projeto de sua autoria. A matéria, que seria votada na reunião da CCJ, faz coincidir as posses dos presidentes dos tribunais com o exercício financeiro, que vai de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

As acusações sugerem que o projeto – incluído na pauta da convocação extraordinária – seria uma ingerência do Executivo no Judiciário e teria sido apresentado pelo senador a pedido do governo. Alcântara disse fazer seu desabafo “em nome da Casa”, porque, como senador, não se prestaria “a uma manobra ignóbil”. Também afirmou que, se o governo precisasse de um artifício desse tipo, “teria a quem buscar com muito mais competência e servilismo”.

Segundo Alcântara, sua iniciativa pode ser até equivocada por vício de origem, já que caberia ao Poder Judiciário propor a medida, mas não foi movida por razões mesquinhas.

– Repilo qualquer insinuação de que tivesse procedido assim para atingir expectativa de direito de alguém, no caso do ministro Marco Aurélio (do Supremo Tribunal Federal), de quem sou amigo pessoal – afirmou o senador.

Lúcio Alcântara acrescentou

que, antes de apresentar a proposta, consultou os ministros Carlos Veloso e Marco Aurélio – atual e futuro presidentes do STF –, obtendo opiniões favoráveis à idéia.

O senador sustentou que sua intenção foi unicamente fazer coincidir o ano fiscal com o período de mandato dos dirigentes dos tribunais. O desabafo foi feito após o relator, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), anunciar que retiraria o projeto de pauta por ainda ter dúvidas sobre a proposta.

Tebet informou que a matéria contraria interesses e que foi procurado por um grande número de senadores que queriam discuti-la melhor. Sua atitude de retirar a matéria de pauta foi elogiada pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que lembrou que o projeto permite uma coisa jamais tratada na Lei Orgânica da Magistratura – a reeleição dos mandatários, que teriam seu mandato alterado pelo projeto.

Já o líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), afirmou que Lúcio Alcântara tem liberdade para apresentar projetos de acordo com sua consciência, sem necessitar de aprovação prévia do governo federal. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) também manifestou sua intenção de melhor estudar o projeto. Ele disse concordar plenamente com seu mérito, mas ressaltou que, antes de intervir nos períodos de mandatos dos tribunais, a matéria deveria alterar os mandatos dos presidentes das Casas legislativas, que se iniciam em fevereiro.

Por fim, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) opinou ser uma iniciativa lógica fazer coincidir o ano civil com o ano fiscal, mas afirmou ser flagrante e inequívoca a inconstitucionalidade da lei por vício de iniciativa. Segundo ele, a Lei Orgânica da Magistratura só pode ser modificada por iniciativa do Poder Judiciário.



Lúcio Alcântara afirmou que não se prestaria “a uma manobra ignóbil”



Acordo firmado entre as lideranças partidárias ontem de manhã permitiu a votação de 24 medidas provisórias (MPs) pelo Congresso Nacional. Entre elas, a MP que regulamentou o Plano Real e determinou a desindexação de salários, permitindo a correção monetária ou reajuste anual de preços para contratos de prazo de duração igual ou superior a um ano.

Outras medidas aprovadas envolvem temas como a implantação de um programa de habitação popular, o aumento do percentual de álcool na gasolina, a criação de uma gratificação de estímulo à docência, a ampliação do poder de fiscalização do governo sobre empresas seguradoras e a aquisição de medicamentos por meio de organismos multilaterais, como a Organização Pan-Americana de Saúde.

Também foi acolhida medida adotada pelo governo há dois anos para defender a economia brasileira dos efeitos da crise financeira internacional que teve início na Ásia. A iniciativa permitiu à União assumir obrigações financeiras de direito público interno, para evitar que a eventual falta de pagamento de financiamentos externos tivesse má repercussão no exterior e elevasse o chamado "custo Brasil".

## Acordo viabilizou a votação das 24 medidas provisórias

A votação das 24 medidas provisórias pelo Congresso Nacional foi precedida de um acordo firmado durante reunião dos líderes partidários do Senado e da Câmara, ontem, no gabinete do presidente da Câmara, deputado Michel Temer. Participaram do encontro deputados e os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Senado, e Ney Suassuna (PMDB-PB).

Segundo avaliação de Suassuna, a reunião foi positiva, pois permitiu a continuação das votações das medidas provisórias, tema que motivou a convocação extraordinária do Congresso. Para o senador, a decisão evitará o desgaste do Legislativo.

Arruda também considerou válida a decisão dos líderes porque, conforme lembrou, os senadores e deputados estão recebendo vencimentos extras para votar as medidas provisórias. "A prioridade é a votação das MPs, e as brigas políticas relacionadas com as eleições para as novas Mesas diretoras devem ser colocadas em segundo pla-

no", opinou. O acordo entre os líderes, completou, melhora a imagem do Legislativo perante a população.

Antes da reunião, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, considerou "válida" a ação das lideranças partidárias. Ele atribuiu ao Executivo a maior parte da responsabilidade pela paralisação das votações. Antonio Carlos afirmou que deputados e senadores também são responsáveis, na medida em que o Congresso é soberano.

CANADÁ

Na mesma reunião em que foi definida a lista das próximas medidas provisórias a serem apreciadas pelo Congresso, os líderes partidários decidiram que governo e oposição apoiariam requerimento, apresentado pelo PT, solicitando a interrupção imediata da tramitação de todos os acordos bilaterais entre Brasil e Canadá nas duas Casas. Os parlamentares querem dar uma resposta à decisão do governo canadense de suspender a importação de carne bovina brasileira. (Ver página 8.)

### CMN controla recursos do FAT

O Plenário do Congresso aprovou a medida provisória que autoriza o Tesouro Nacional a fazer repasses mensais ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e transfere o inteiro controle desses recursos ao Conselho Monetário Nacional (CMN). Ainda conforme a lei a ser promulgada pelo Congresso, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) poderá utilizar os recursos do Fundo de Participação PIS-Pasep para conceder financiamentos aos estados e às entidades por ele controladas.

Emenda do PDT que previa modificações na utilização do fundo por parte do BNDES foi rejeitada em votação nominal na Câmara dos Deputados. Nove emendas restantes foram rejeitadas em bloco pelas duas Casas.

### CVM regula negócio com boi

A medida provisória que ampliou a competência normativa e fiscalizadora da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) foi aprovada ontem pelo Congresso. Com a MP, o governo adequou os mecanismos de controle do mercado financeiro aos novos instrumentos de investimento que não estão hoje submetidos à regulação estatal, especificamente a captação antecipada de poupança. Essa modalidade de investimento é feita por meio de contrato com prazo geralmente de 18 meses e rentabilidade mínima fixada anteriormente.

O mecanismo vem sendo usado no mercado pecuário e se dá da seguinte forma: o objeto do contrato é a aquisição do boi magro, cuja engorda possibilita a rentabilidade e o resgate futuro do título em arrobas.



Os líderes partidários escolheram as MPs que seriam votadas ainda ontem pelo Congresso

### Regulamentação do Real é aprovada

A medida provisória que regulamentou o Plano Real e determinou a desindexação de salários será promulgada como lei pelo Congresso. Aprovada em votação simbólica, a MP foi mantida sem modificações no texto encaminhado ao Congresso pelo Executivo em 25 de janeiro deste ano, quando foi editada pela 73ª vez. Foram rejeitadas em bloco 43 emendas.

Conforme o líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), seria incoerência rejeitar uma medida que integra o Plano Real, por sua originalidade e importância no processo de estabilização da moeda. O deputado petista Milton Temer (RJ), ao contrário, negou qualquer originalidade no Plano Real, e disse que este não assegurou estabilidade ao país e beneficiou o sistema financeiro privado nacional e internacional.

O único senador que se manifestou sobre o assunto, Ademir Andrade (PSB-PA), pediu aos representantes do governo que explicassem por que num período de seis anos, com inflação baixa, a dívida interna alcançou o percentual de quase 50% do Produto Interno Bruto (PIB), "o que não aconteceu em nenhum outro momento da história brasileira".

### Exportação tem incentivos

A Medida Provisória nº 2.111/49, que estendeu os benefícios do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) aos produtores de bens destinados à exportação, foi aprovada pelo Congresso sem modificações e será promulgada.

Conforme exposição de motivos que acompanhou a primeira edição da medida, em maio de 1997, a MP, ao atender os anseios do setor exportador, visou garantir a competitividade das exportações brasileiras e somou-se a outros incentivos concedidos ao setor, como a desoneração do ICMS nas exportações, a privatização dos portos e o seguro de crédito às exportações.

Com a medida, o Executivo assegurou, aos exportadores e aos produtores de bens destinados à exportação, encargos financeiros compatíveis aos praticados no mercado internacional. Assim, nas operações de financiamento com recursos da Programação Especial das Operações Oficiais de Crédito (OOC) vinculadas à exportação de bens e serviços nacionais e nos financiamentos aos produtores de bens destinados à exportação, o Tesouro foi autorizado a pactuar a equalização de encargos financeiros suficiente ao bom desempenho das exportações.

### MP estimula o mercado de álcool

O Congresso aprovou ontem a medida provisória que permitiu o aumento de 22% para 24% na taxa de álcool anidro adicionado à gasolina. Com a mudança, o governo estima criar um mercado adicional para 500 mil metros cúbicos de álcool por ano, contribuindo para adequar a demanda à oferta do produto e evitando a intervenção no mercado.

Outra vantagem da medida, de acordo com a exposição de motivos do governo, é a diminuição da emissão de gases poluentes na atmosfera. Estudos citados na exposição de motivos que acompanha a MP indicam que para cada litro de gasolina substituído é evitada a emissão de 0,85 kg de gás carbônico.

O deputado Arnaldo Faria de Sá (PPB-SP) reconhece as vantagens, mas lamenta que o governo tenha decidido fazer a alteração por meio de medida provisória. Para ele, o mais adequado seria um projeto de lei, já que não haveria a urgência necessária para justificar a adoção de MP.

— Foram 34 reedições, tempo mais do que suficiente para que fosse enviado um projeto de lei, que seria amplamente discutido pelos congressistas — afirmou o deputado.



Todas as medidas provisórias aprovadas ontem foram enviadas para promulgação

## União é autorizada a adquirir obrigações

A União teve confirmada ontem a autorização para, "em casos excepcionais", adquirir ou pagar, em nome próprio, obrigações financeiras externas de pessoas jurídicas de direito público interno. Medida provisória nesse sentido foi aprovada pelo Congresso e enviada à promulgação.

A autorização inicial para aquisição de obrigações foi concedida por meio de MP em fevereiro de 1999, quando o Brasil enfrentava os efeitos da crise asiática. A medida foi

reeditada 26 vezes.

A autorização destina-se a "resguardar as relações creditícias do país e a normalidade dos mercados financeiro, de capitais e de câmbio". Na exposição de motivos, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, afirma que a eventual falta de pagamento das obrigações assumidas por organizações de direito público interno poderia trazer "incomensuráveis prejuízos ao país", em razão da elevação do chamado "risco Brasil".

## Parceria permite compra de medicamentos

As compras de medicamentos, inseticidas e outros insumos estratégicos pelo Ministério da Saúde poderão ser realizadas por meio de organismos multilaterais dos quais o Brasil faça parte, prevê medida provisória aprovada pelos congressistas.

A exposição de motivos elaborada pelo Ministério da Saúde, que acompanhou a primeira edição da MP em dezembro de 1998, observa que somente a parceria com a

Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) significaria para o Brasil, em 1999, uma economia de R\$ 53,4 milhões na compra de medicamentos, além de ampliar o leque de fornecedores. A qualidade dos insumos adquiridos é apontada pela exposição de motivos como "incontestável", em função dos programas de certificação e controle de qualidade exercidos pela Opas e pela Organização Mundial da Saúde.

## Maior fiscalização do setor de seguros

O Congresso aprovou MP que concede ao governo maiores poderes de fiscalização das empresas seguradoras e das sociedades de previdência privada. De acordo com a MP, a responsabilidade solidária de sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) incluirá não apenas administradores, mas também os controladores dessas sociedades.

A exposição de motivos enviada pelo Executivo diz que a MP visa aparelhar o Estado com instrumen-

tos de controle mais eficientes e flexíveis, possibilitando adotar "medidas saneadoras de forma adequada e preventiva", para "resguardar os interesses dos segurados e proteger a liquidez das sociedades autorizadas a funcionar".

A MP determina que o patrimônio líquido das seguradoras não pode ser inferior ao valor do passivo não operacional, nem ao valor mínimo decorrente do cálculo da margem de solvência efetuado com base na regulamentação em vigor.

## Acolhida criação de fundo de moradia

A medida provisória que criou o Programa de Arrendamento Residencial para atendimento exclusivo das necessidades de moradia da população de baixa renda recebeu ontem aprovação do Congresso Nacional e será agora remetida à promulgação.

A MP, reeditada em 26 de janeiro deste ano pela 24ª vez, também autorizou a Caixa Econômica Federal a criar um fundo financeiro com o objetivo exclusivo de gerenciar os bens destinados ao programa.

O relator da matéria foi o deputado Euler Morais (PMDB-GO), que não estava presente no instante da apresentação do parecer sobre a matéria. Substituído pelo deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), Euler justificou sua ausência dizendo que a previsão era de que a MP seria apreciada apenas à noite.

Euler Morais informou que apresentaria projeto de conversão à MP, alterando vários artigos do texto original. O deputado Arnaldo Faria de Sá (PPB-SP) afirmou que a questão habitacional, pela sua importância, não deveria estar sendo tratada por meio de MP, mas sim por intermédio de projeto de lei, a ser discutido e aperfeiçoado na Câmara e no Senado. Ele criticou a votação, que disse ter-se dado de forma improvisada, sem que o relator pudesse apresentar suas propostas de modificação.

## Alterada a regra de cálculo da TJLP

O Congresso também aprovou ontem medida provisória alterando dispositivos da lei que institui a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e trata da remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-Pasep, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Fundo da Marinha Mercante. A medida, reeditada pela 18ª vez em 25 de janeiro de 2001, será encaminhada à promulgação.

Ao defender a sua aprovação, o relator, senador Edison Lobão (PFL-MA), considerou que a proposta atende ao interesse público nacional. A MP propõe mudanças na fórmula de cálculo da TJLP. A exposição de motivos assinada pelo então ministro da Fazenda interino, Everardo Maciel, defende que as modificações estabelecem bases mais estáveis para o cômputo da TJLP, tornando-a menos complexa.

A MP nº 2.090, editada pela primeira vez em 30 de setembro de 1999, determinou que a partir de outubro de 1999 a TJLP passasse a ser calculada com base no prêmio de risco e na meta da inflação dos 12 meses seguintes ao primeiro mês de vigência da taxa. Também determinou um trimestre-calendário como período de vigência.

## Gratificação para professor da ativa

Outra MP aprovada, a 2.125, institui a Gratificação de Estímulo à Docência para professores de 1º e 2º graus das instituições federais de ensino. Ela também eleva, em 30%, a Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior, que beneficia os professores universitários federais há quase dois anos.

A gratificação será paga de acordo com a pontuação individual do professor, levando em conta a carga horária semanal em sala de aula, o número de alunos sob sua responsabilidade, a qualidade de suas aulas e a participação em programas de interesse da instituição.

Segundo o governo, com as gratificações, será possível prosseguir com o processo de expansão do número de alunos atendidos na rede federal de ensino médio, tecnológico e agrotécnico, sem maiores investimentos em infra-estrutura e reduzindo a necessidade de contratar novos professores.

O deputado Arnaldo Faria de Sá (PPB-SP) disse que a MP não passa de "um subterfúgio" para aumentar os vencimentos dos professores da ativa sem estender o benefício aos aposentados, como exige o artigo 40 da Constituição.

## Crédito garantido para assentados

Acatada pelo Congresso, irá à promulgação MP que autoriza o Tesouro Nacional ou os fundos constitucionais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste a assumirem os riscos em financiamentos de projetos de estruturação dos beneficiados pelos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária. A medida, reeditada 18 vezes, foi publicada pela primeira vez em 16 de setembro de 1999.

Uma das justificativas do governo para editá-la foi a impossibilidade de assentados e colonos disporem de garantias a oferecer na solicitação de financiamentos. A exposição de motivos que acompanhou a MP, assinada por vários ministros, enfatizou que a matéria possibilitaria a contratação de crédito pelos assentados já a partir do plantio da safra do verão de 1999/2000.

Os financiamentos concedidos aos beneficiários têm os encargos financeiros ajustados para não exceder o limite de 12% ao ano e redutores de até 50% sobre as parcelas de amortização do principal e sobre os encargos financeiros. Para o deputado Arnaldo Faria de Sá (PPB-SP), a MP foi aprovada sem ter sido amplamente discutida.

## Financiamento especial para o NE

O Congresso aprovou a MP 2.078, que institui programa especial de financiamento para combater os efeitos da estiagem na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Os recursos do programa somam R\$ 450 milhões, e o financiamento destina-se aos produtores rurais que tiverem suas atividades prejudicadas pela seca.

Foi estabelecido que 50% dos recursos se destinarão a pequenos e miniprodutores, que exploram áreas de até quatro módulos rurais ou estejam enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O programa deve ser operado pelo Banco do Nordeste, com juros de 3% nas operações de custeio e 6% nos financiamentos de investimento. Os prazos para pagamento são de até quatro anos nas operações de custeio e de até 12 anos, para investimentos. Para pequenos e miniprodutores, com receita inferior a R\$ 80 mil, o financiamento está limitado a R\$ 15 mil; para médios produtores, o limite é de R\$ 35 mil; e para grandes produtores, com receita bruta anual superior a R\$ 500 mil, o limite é R\$ 50 mil.

## Centros de pesquisa têm financiamento



O Congresso Nacional aprovou ontem a Medida Provisória 2106-11, que trata do financiamento de projetos de implantação e recuperação da infra-estrutura de pesquisa nas universidades públicas e instituições de pesquisa oficiais. A proposta garante

a essas instituições 20% das verbas destinadas pelo Orçamento Geral da União para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

A exposição de motivos dos ministros da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, e da Educação, Paulo Renato Souza, diz que a MP vai beneficiar centros de excelência científica e projetos de infra-estrutura nas regiões mais pobres do Brasil – Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

de pesquisa nas universidades públicas e instituições de pesquisa oficiais. A proposta garante

## Lei de Patentes é atualizada

A Medida Provisória 2.105-15, que indefere os pedidos de patentes sobre produtos que eram de domínio público até 31 de dezembro de 1994 e trata da contratação temporária de pessoal para o Instituto Nacional de Propriedade Industrial, foi aprovada na sessão de ontem do Congresso. A MP adapta a legislação brasileira sobre patentes ao Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Trips).

Ficam indeferidos, imediatamente, os pedidos de patente no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) sobre substâncias, matérias, misturas ou produtos alimentícios, químico-farmacêuticos e medicamentos de qualquer espécie que não tenham sido patenteados até 1994. O texto indefere também os pedidos das chamadas “patentes de processo” (tecnologia) formalizados no Inpi entre 1º de janeiro de 1995 e 14 de maio de 1997 e os pedidos de patentes de produtos que não eram protegidos pela Lei de Patentes entre janeiro de 1995 e 14 de maio de 1997.

## Fundo gera recursos para segurança

Em sessão do Congresso Nacional, foi aprovada ontem a medida provisória (MP) que instituiu o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). O fundo funciona no âmbito do Ministério da Justiça e tem como objetivo apoiar projetos em todas as esferas governamentais na área de segurança pública. Os recursos do FNSP serão aplicados prioritariamente em projetos que objetivem reduzir o índice de criminalidade e aumentar a eficácia na apuração de crimes.

Os recursos deverão ser aplicados no reequipamento das polícias estaduais, treinamento e qualificação de policiais, sistemas de

## Seguro de saúde exige especialização

De acordo com medida provisória aprovada ontem pelo Congresso Nacional, as seguradoras que operam na área de planos de saúde terão de se especializar para poder continuar nesse mercado. Na exposição de motivos que acompanhou a MP, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, explicou que a medida deriva de exigência do governo, para quem o setor de planos e seguros de saúde deve subordinar-se à fiscalização do Conselho de Saúde Suplementar (Consu) e da Agência Nacional de Saúde (ANS), sendo isso possível apenas com a especialização.

“Essa medida é necessária para preservar a segurança econômico-financeira e atuarial do sistema”, disse Malan. Segundo o ministro, as sociedades seguradoras do ramo de saúde representam cerca de 25% das receitas do segmento de seguros e planos de saúde. Essas seguradoras, informou o ministro, mantêm reservas técnicas de R\$ 1 bilhão e recolhem Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o que não ocorre com as operadoras de planos de saúde.

informações e estatísticas e no aprimoramento da polícia técnica e científica.

O Conselho Gestor, que administra os recursos do fundo, é formado por representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Casa Civil; do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e da Procuradoria-Geral da República. Os recursos do FNSP têm origem no Orçamento da União, em doações, empréstimos ou em receitas decorrentes de aplicações de recursos orçamentários.

O relator da proposta foi o senador Romeu Tuma (PFL-SP), que opinou pela aprovação da matéria.



Congresso votou, entre outras, MPs sobre combustíveis, seguros de saúde e ajuste fiscal dos estados

## Sociedades darão crédito para micro

Foi aprovada ontem pelo Congresso Nacional a Medida Provisória 2.082, que autoriza a criação de sociedades de crédito destinadas a financiar os microempreendedores, sejam pessoas físicas ou jurídicas de pequeno porte. Embora devam estar sob a fiscalização do Banco Central, essas sociedades não poderão, como os bancos, captar recursos junto ao público nem emitir títulos e valores mobiliários, mas poderão alienar os bens financiados, como forma de garantia.

Ao modificar as leis 6.404/76 e 8.934/94, a MP não só disciplina a constituição das sociedades, mas estabelece regras para a sua atividade-fim. Os recursos das sociedades de crédito terão como objetivo primordial apoiar o desenvolvimento das micro e pequenas empresas, por meio de projetos e programas que visem a seu aperfeiçoamento técnico, racionalização, modernização e capacitação gerencial. Também serão contemplados o acesso ao crédito, a capitalização e o fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização das microempresas.

Os projetos ou programas de crédito destinados a facilitar o acesso ao crédito poderão ser efetivados por meio de aval ou fiança aos microempreendedores, em operações de crédito com agentes financeiros públicos ou privados. Também estão previstas aplicações em organizações da sociedade civil de interesse público registradas no Ministério da Justiça que tenham como objeto exclusivo o financiamento a microempresas.

As sociedades de crédito poderão ainda adquirir ou integralizar quotas de fundos mútuos de investimento no capital de empresas emergentes destinados a capitalizar microempresas.

## Flexibilização para ajuste dos estados

Entre as medidas provisórias apreciadas ontem, o Congresso aprovou a MP 2.098, que flexibiliza as regras do ajuste fiscal (controle de gastos públicos) negociado entre o governo e os estados. Um dos principais objetivos da MP é contribuir para superar as dificuldades de curto prazo por que passam os estados, sem comprometer o ajuste, conforme exposição de motivos encaminhada ao presidente Fernando Henrique Cardoso em março de 1999 pelo então ministro interino da Fazenda, Pedro Parente.

Um dos mecanismos alterados pela MP é o que dá ao estado o direito de modificar até 28 de fe-

vereiro de cada ano a sua opção pelo referencial de crescimento de arrecadação mais afinado com o cenário econômico vigente. Os estados podem optar pela arrecadação própria em comparação à dos demais estados ou à da União, ou, alternativamente, por um esforço de arrecadação em relação à evolução do Produto Interno Bruto (PIB).

Pela lei, a opção teria de ser definitiva, o que acabou criando problemas, já que as prestações de dívidas renegociadas pela União dependem do fator de arrecadação, nem sempre favorável aos estados, dependendo de como é medido.

## Aprovada a ampliação do Refis

O texto da Medida Provisória 2.061, que amplia as regras do Programa de Recuperação Fiscal (Refis), foi aprovado ontem, sem emendas, pelo Congresso Nacional. O programa se destina a regularizar débitos de pessoas jurídicas com a União relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal e pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Em função da reabertura do prazo de opção, estabelecida por lei em setembro do ano passado, o governo editou MP estendendo aos novos optantes o tratamento dispensado aos antigos.

A MP determina, por exemplo, que os débitos incluídos no Refis se submetam à Taxa de Juros de Longo Prazo a partir de 1º de março de 2000, independentemente da data em que a opção foi efetivada. Para viabilizar as novas adesões ao programa, a MP permite que os débitos tributários com vencimento entre 1º de março e 15 de setembro de 2000 sejam, excepcionalmente, parcelados em até seis meses, sujeitando-se, entretanto, a juros calculados com base na taxa Selic.

## Confirmadas normas sobre combustíveis

O projeto de conversão relativo à medida provisória que criou o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo (ANP) foi aprovado ontem pelo Congresso. A MP também acresce dispositivos à lei sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento de combustíveis e estabelece sanções administrativas com o objetivo de proteger os interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.

A MP contempla a possibilidade de formação de cartéis no setor de combustíveis e estabelece que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) fica obrigado a notificar à ANP o teor das decisões que apliquem sanção por infração da ordem econômica, cometida por empresas ou pessoas físicas no exercício de atividades relacionadas com o abastecimento de combustíveis.

A MP permite também a aplicação da pena de revogação automática de autorização para atividade relacionada ao abastecimento de combustíveis quando forem constatadas infrações contra a ordem econômica.

## Mantida isenção para deficientes



O Congresso Nacional aprovou ontem a Medida Provisória 2.068, que restaurou a vigência da lei que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados

(IPI) os automóveis adquiridos por deficientes físicos e os modelos específicos movidos a combustíveis renováveis comprados por taxistas.

No caso do Imposto de Importação, foram beneficiadas com uma redução de 45% as empresas montadoras e fabricantes de veículos comerciais leves, ônibus, caminhões, reboques e semi-reboques, carrocerias, tratores rodoviários para semi-reboques, tratores agrícolas, colheitadeiras e máquinas rodoviárias.

## Redefinidas as funções do Dnocs

A medida provisória que redefine as funções do Departamento Nacional de Obras contra Seca (Dnocs) foi também aprovada ontem pelo Congresso. A intenção do governo era extinguir o órgão, mas comissão nomeada pelo governo para estudar as políticas de combate à seca opinou por sua reestruturação.

Entre as modificações, a MP determina a substituição do Conselho de Administração por um Conselho Consultivo de maior representatividade, congregando os estados e a União. A medida provisória também autoriza a doação dos açudes aos estados.

## Mais opções para financiar o campo

O Congresso aprovou ontem a medida provisória que permite a liquidação financeira das Cédulas de Produto Rural. A idéia do governo é possibilitar o adiantamento de recursos aos produtores rurais, ampliando as alternativas de financiamento à agricultura.

“Diminui-se o ônus do Estado, na medida em que se dá oportunidade a que agentes externos financiem o setor rural”, argumenta a exposição de motivos que acompanha a MP.

O resgate dos títulos ocorre em valores monetários equivalentes à quantidade de produto envolvida na transação.

# Senado vota projeto que tipifica crimes contra administração

Objetivo é punir servidor que concede vantagens indevidas e os beneficiários do ato

Tramitando em regime de urgência, o projeto de lei que altera o Código Penal e o Código de Processo Penal de forma a tipificar e alterar penas de crimes contra a administração pública será votado hoje pelo Plenário do Senado. A matéria tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de acordo com substitutivo apresentado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

De autoria do governo federal, o projeto tem o objetivo de reprimir o vazamento, por servidores públicos, de informações que podem beneficiar empresas ou empresários. As penalidades incluídas na proposta alcançam desde o funcionário que tentou obter vantagens indevidas até o beneficiário do ato faltoso.

O substitutivo aprovado pela CCJ tipifica ainda o crime de improbidade, que significa o uso de bens públicos para promoção pessoal. Cabral acredita que a pena para esse tipo de crime deve ser de seis meses a dois anos de detenção. A punição prevista para quem violar o sigilo funcional é de um a quatro



Bernardo Cabral apresentou substitutivo ao projeto do governo

anos de reclusão, criminalizando a revelação e o uso não autorizado de informações privilegiadas.

No que diz respeito ao Código de Processo Penal, o substitutivo de Cabral permite que decisão judicial afaste o funcionário público de suas funções por até quatro meses. O pa-

recer da CCJ reduz, de três para dois anos, a pena mínima para o excesso de rigor de funcionário público na cobrança de impostos. O projeto prevê ainda que seja aumentada a pena para o contrabando de armas, munições e explosivos.

O segundo item da pauta da sessão deliberativa é a mensagem presidencial que retira de tramitação o projeto de lei do Executivo que define os crimes de especial gravidade, alterando dispositivos do Código Penal. A proposta recebeu voto contrário do relator na CCJ, Bernardo Cabral, que considera que o projeto abranda as penas previstas na Lei dos Crimes Hediondos. Segundo o Regimento Interno, esse tipo de mensagem presidencial também precisa ser votado pelos senadores em plenário.

## Emilia reivindica mais espaço para mulheres no Congresso

A senadora Emilia Fernandes (sem partido - RS) reivindicou, durante reuniões realizadas entre os parlamentares gaúchos e os candidatos à Presidência da Câmara dos Deputados, um maior espaço político para as mulheres. Emilia é a coordenadora da bancada feminina no Congresso. Ela revelou que tem articulado, também com os candidatos à Presidência do Senado, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) e Jader Barbalho (PMDB-PA), uma agenda de valorização da mulher.



Emilia é coordenadora da bancada feminina no Congresso Nacional

PE) se comprometeram com a participação feminina na Mesa da Câmara. Emilia reivindicou também a inclusão, nas pautas de votação, de cerca de 300 projetos de cunho social de interesse das mulheres.

De acordo com a senadora, é preciso consolidar e ampliar o espaço das parlamentares no Legislativo, em especial na estrutura de funcionamento da Câmara e do Senado, o que inclui participação na Mesa. Ela afirmou que tanto Aécio Neves (PSDB-MG) quanto Inocêncio Oliveira (PFL-

## TV Senado exhibe programa sobre produtos transgênicos

Alimentos transgênicos produzidos a partir de organismos geneticamente modificados (OGMs) é o tema do programa *Cidadania*, que a TV Senado transmite hoje. O ex-senador Júlio Eduardo (PV-AC) e a presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), Leila Macedo Oda, debatem a proposta do PT e do PV de que se conceda um prazo de cinco anos para a produção e para o consumo, no país, dos OGMs. O programa *Cidadania* vai ao ar às 6h30 e 19h30.

As relações entre as políticas de globalização e os direitos humanos são abordadas no programa

*Cidadania*, gravado no Fórum Social Mundial, realizado no mês passado em Porto Alegre, e que será reprisado hoje, a 1h e às 14h. O programa tem como convidados a senadora Emilia Fernandes (sem partido-RS) e a argentina Hebe Bonafini, presidente da Associação das Mães da Praça de Maio.

O programa *Entrevista* apresenta, também hoje, outra gravação feita no Fórum Social Mundial. O convidado é o jornalista e escritor Miguel Urbano, que fala da incompatibilidade entre o sistema mundial de poder e o mercado globalizado. O *Entrevista* é exibido às 3h30 e às 18h30.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h - *Cores do Brasil* - Índios xerentes  
6h30 - *Cidadania* - Senador Júlio Eduardo e a presidente da CTNBio, Leila Macedo Oda, falam dos alimentos transgênicos  
7h30 - *Entrevista* - Miguel Urbano, escritor e jornalista, fala sobre a incompatibilidade entre poder e globalização  
8h - *Journal do Senado*  
8h30 - *Saúde/Unip* - As emoções e o coração - parte 2  
9h - *As Cores do Brasil* - Índios karajás  
9h30 - *Entrevista* - Senador Ramez Tebet fala sobre os fundos constitucionais  
10h - Sessão Plenária - (ao vivo)  
14h - *Cidadania* - Senador Emilia Fernandes e Hebe Bonafini falam sobre a globalização e direitos humanos  
14h30 - Sessão Plenária - (reapresentação)  
18h30 - *Entrevista* - Miguel Urbano, escritor e jornalista, fala sobre a incompatibilidade entre poder e globalização  
19h - *Cores do Brasil* - Índios xerentes  
19h30 - *Cidadania* - Senador Júlio Eduardo e a presidente da CTNBio, Leila Macedo Oda, falam dos

### alimentos transgênicos

20h30 - *Entrevista* - Senador Ramez Tebet fala sobre os fundos constitucionais  
21h - *Journal do Senado*  
21h30 - Sessão Plenária - (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h - *Agenda Senado*  
Em seguida - Música e informação  
10h - Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
Em seguida - Música e informação  
14h30 - Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida - Música e informação  
19h - *A Voz do Brasil*  
Em seguida - Música e informação  
20h30 - *Senado em Linha Direta* - Edição Nordeste  
Em seguida - Música e informação  
21h - *Senado em Linha Direta* - Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida - Música e informação  
21h30 - *Senado em Linha Direta* - Edição Sul/Sudeste  
Em seguida - Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

#### Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal  
DirecTV: canal 163  
Sky Net: canal 30  
Tccsat: canal 17  
Internet: www.senado.gov.br  
Antena Parabólica - Sistema Digital:  
• Satélite: B1  
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)  
• Polarização: Vertical  
• Frequência: 3.644,4 MHz  
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz  
• Antena: 3,6 m  
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110  
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB  
• Symbol Rate: 3.2143Ms/s  
• FEC: 3/4  
Antena Parabólica - Sistema Analógico:  
• Satélite: B1  
• Transponder: 11 A-2 (canal 8)  
• Polarização: Horizontal  
• Frequência: 4.130 MHz

### RÁDIO SENADO FM

#### Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:  
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C  
• Receptor ABR 200, ComStream  
• LBN DRO ComStream  
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

#### Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 MHz  
• Satélite: Brasilsat B2  
• Polarização: Vertical (RX)  
• Modo: Joint-Stereo  
• Taxa: 128 Kbps-BPSK  
• Programação ABR: CC,1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

# Suspensa tramitação de acordos entre Brasil e Canadá

A decisão foi tomada ontem pelo Congresso, em resposta ao boicote canadense à importação de carne bovina brasileira. A deliberação vale para todos os tratados bilaterais que dependem de aprovação dos parlamentares

O Plenário do Congresso Nacional aprovou ontem, por unanimidade, projeto de decreto legislativo que susta a tramitação legislativa dos acordos bilaterais celebrados entre o Brasil e o Canadá. A proposta, de iniciativa do deputado Aloízio Mercadante (PT-SP), recebeu o apoio de todos os líderes do Senado e da Câmara e foi, logo que aprovada, promulgada pelo presidente Antonio Carlos Magalhães.

De acordo com as lideranças partidárias, o Congresso tomou essa decisão em resposta à retaliação comercial imposta pelo Canadá ao Brasil, em virtude do impasse consistente na disputa

entre a Embraer e a Bombardier pelo mercado de aviões. Os líderes não aceitam o fato de o Canadá ter suspenso a importação de carne bovina brasileira sob o pretexto de que o rebanho nacional seria suspeito de contaminação pelo mal da vaca louca.

O decreto promulgado pelo Congresso devolve ao Poder Executivo duas mensagens de acordos bilaterais firmados entre os dois países, referentes à mútua cooperação em matéria penal e extradição. O decreto estabelece ainda que qualquer acordo com o Canadá enviado ao Congresso será automaticamente devolvido.

Em defesa da decisão, o depu-

tado Aloízio Mercadante disse que as nações industrializadas parecem querer evitar que países em desenvolvimento transformem-se em concorrentes em áreas tecnologicamente avançadas.

— No caso específico do Canadá, a intempestiva decisão de impedir a importação de carne brasileira, sem verificar se o nosso gado está efetivamente sob perigo de contrair o mal da vaca louca, é destinada a pressionar o Brasil a renunciar ao desenvolvimento da indústria de tecnologia de ponta, como é a indústria aeronáutica — afirmou o deputado.



Antonio Carlos promulgou o projeto de decreto legislativo, logo após a sua aprovação pelos deputados e senadores

## Eduardo destaca apoio do governo do Tocantins ao cinema brasileiro

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) registrou a visita que o cineasta Cacá Diegues fez ao estado do Tocantins a fim de obter apoio para a locação de cerca de 50% das cenas de seu próximo filme, *Deus é Brasileiro*, baseado em conto de João Ubaldo Ribeiro. Segundo o senador, Diegues, que foi recebido pelo governador Siqueira Campos e pela secretária da Cultura, Kátia Rocha, ficou entusiasmado com a receptividade que obteve por parte das autoridades e sobretudo pelas condições e cenários naturais encontrados para a realização do projeto.

O senador destacou que autoridades do estado e empresários vêm procurando viabilizar projetos cinematográficos no Tocantins, com o objetivo de revelar “toda essa nova e rica realidade”, ainda desconhecida do Brasil. O filme *No Coração dos Deuses*, do diretor Geraldo Moraes, filmado no estado e que esteve no circuito comercial no ano passado, é um exemplo desse apoio, lembrou o senador.

O governo do Tocantins, afirmou Eduardo Siqueira Campos, vem dando incentivo à indústria cinematográfica nacional não só pelo que ela pode representar



Eduardo Siqueira Campos relatou a visita feita a Tocantins pelo cineasta Cacá Diegues

como geração de riqueza, renda e ampliação de oportunidades de trabalho, mas também como afirmação da cultura e da identidade nacionais. O senador considera que esse investimento não deve se esgotar no apoio à produção cinematográfica, mas deve abranger a divulgação e os sistemas de distribuição, “dominados em mais de 90% pelos filmes estrangeiros”. Para o parlamentar, a crise do cinema brasileiro advém do monopólio da difusão e da distribuição exercido pela indústria estrangeira, “que estrangula e asfixia a indústria nacional”.

## Estado viabilizou nova fronteira agrícola, afirma Carlos Patrocínio

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) ressaltou os avanços obtidos pelo governo do Tocantins no setor de agricultura. De acordo com o parlamentar, o Tocantins, a partir de investimentos dirigidos prioritariamente à infra-estrutura e a novas tecnologias, viabilizou-se como nova fronteira agrícola de “realidade irrecusável”.

Patrocínio citou vários projetos desenvolvidos pela Secretaria de Agricultura e pelo Grupo Executivo de Recursos Hídricos (GERH), entre os quais o Javaés. Ele explicou que são 750 mil hectares de várzeas, dos quais 500 mil são extremamente viáveis para o aproveitamento hidroagrícola, sobretudo para o cultivo — com duas safras anuais — de milho, arroz irrigado, soja, feijão, girassol, algodão, tomate industrial e frutas.

O senador acrescentou que a região compreendida entre as cidades de Araguaçu, Sandolândia, Cristalândia, Dueré, Formoso do Araguaia, Paraíso, Pium e Lagoa da Confusão será transformada em pólo importante de produção, notadamente de grãos, possibilitando a absorção de mão-de-obra, elevação do nível de renda local e o crescimento da produção rural.

Segundo Patrocínio, o Tocantins, com 5,5 milhões de cabeças de



Segundo Carlos Patrocínio, o rebanho de gado tocantinense já é o segundo maior da região Norte

gado, já é o segundo maior rebanho da região Norte. Além disso, informou, os investimentos programados para o estado até 2003 somam R\$ 3,6 bilhões, sendo R\$ 2,9 bilhões para o setor de serviços públicos, com projetos nas áreas de estradas, energia, água e sistema de comunicações, e outros R\$ 764 milhões para investimentos privados na capital e no interior.

— Todo esse esforço dá bem a medida dos trabalhos desenvolvidos pelo governo do nosso estado na área de agricultura e da prioridade assumida quanto à consolidação econômica do Tocantins, e do forte empenho com que lá se procura contribuir, de forma cada vez mais relevante, para o desenvolvimento do país — concluiu.

## Renan Calheiros registra 40 anos da Universidade Federal de AL

A Universidade Federal de Alagoas (Ufal) completou, no último dia 25, 40 anos de existência, celebrou ontem o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que aproveitou a data para defender a preservação das universidades públicas. O senador disse que a Ufal é fruto da pressão da sociedade alagoana. Criada pelo presidente Juscelino Kubitschek em 1961, acrescentou ele, a instituição soube resistir “às mais ásperas contrariedades dos anos de chumbo”.

Para o parlamentar, que citou várias personalidades importantes na história da universidade, enganar-se aqueles que atestam o distanciamento entre a vida acadêmica e a sociedade nos dias de hoje. Ele ressaltou que o corpo universitário está sempre em sintonia com o cotidiano, indicando as melhores perspectivas para o país.

Renan Calheiros ponderou que, se a universidade não vai além nos setores social, econômico e político, deve-se examinar essas limitações dentro da difícil realidade econômico-financeira das instituições públicas de ensino no Brasil.

— Devemos sempre ter a academia como uma referência, uma usina geradora de novas idéias, soluções inéditas e indicadores do melhor porvir. E devemos sempre preservar as universidades públicas, que, no Brasil, ainda constituem um dos poucos caminhos para a mobilidade social — afirmou.



Para o senador Renan Calheiros, a universidade deve ser sempre “uma usina geradora de novas idéias”

A sessão de ontem do Congresso Nacional foi presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães